

IMPORTÂNCIA E USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ANTES, DURANTE E PÓS-PANDEMIA

CAMPOS, Rodrigo José de¹

RESUMO

Com a Pandemia os espaços públicos começaram a ser vistos de uma nova maneira, devido a necessidade do isolamento social e das medidas de distanciamento que foram impostas para o combate da Pandemia da Covid-19, que impossibilitou a utilização desses espaços. Esta proposta de pesquisa foi motivada pelo estudo dos espaços públicos da cidade Cascavel, refletindo sobre sua disponibilidade e uso nas fases anterior, durante e pós-Pandemia. Com a Pandemia os espaços públicos começaram a ser vistos de uma nova maneira, devido a necessidade do isolamento social e das medidas de distanciamento que foram impostas para o combate da Pandemia da Covid-19, que impossibilitou a utilização desses espaços. Foi possível concluir que é de suma importância que, ao analisar um local degradado, seja analisado o contexto histórico, cultural, social e ambiental, pois diversos são os fatores que interferem nas transformações com o passar do tempo e para se elaborar intervenções, atualmente, é necessário refletir no passado e buscar soluções para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Espaços públicos; participação política.

IMPORTANCE AND USE OF PUBLIC SPACES BEFORE, DURING AND POST-PANDEMIC

ABSTRACT

With the Pandemic, public spaces began to be seen in a new way, due to the need for social isolation and the distancing measures that were imposed to combat the Covid-19 Pandemic, which made it impossible to use these spaces. This research proposal was motivated by the study of public spaces in the city of Cascavel, reflecting on their availability and use in the previous, during and post-Pandemic phases. With the Pandemic, public spaces began to be seen in a new way, due to the need for social isolation and the distancing measures that were imposed to combat the Covid-19 Pandemic, which made it impossible to use these spaces. It was possible to conclude that it is extremely important that, when analyzing a degraded place, the historical, cultural, social and environmental context is analyzed, since there are several factors that interfere in the transformations over time and to elaborate interventions, currently, it is necessary to reflect on the past and seek solutions for the future.

KEYWORDS: Pandemic; Public spaces; political participation.

1. INTRODUÇÃO

A conjuntura social e sanitária atual, repleta de restrições impostas em razão da Pandemia da Covid-19 apresenta para os habitantes e gestores das cidades novos desafios e para os pesquisadores do urbano são elencadas muitas questões para estudo, como aquelas ligadas as novas relações com os espaços públicos disponíveis na cidade. Esta proposta de pesquisa é motivada pelo estudo dos espaços públicos, refletindo sobre sua disponibilidade e uso nas fases anterior, durante e pós-Pandemia.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon -Pr.
E-mail: rodrigo.campos544@hotmail.com

Com a Pandemia os espaços públicos começaram a ser vistos de uma nova maneira, devido a necessidade do isolamento social e das medidas de distanciamento que foram impostas para o combate da Pandemia da Covid-19, que impossibilitou a utilização desses espaços. Essa situação ampliou a atenção e deu mais visibilidade para os problemas que esses espaços tinham, que eram deixados de lado, e agora, com a Pandemia, novos desafios são colocados de maneira inédita (ao menos para a atual geração) para pensar e incentivar o uso desses lugares de forma segura e apropriada.

Por essas razões, justifica-se essa proposta de pesquisa pela relevância em entender os diversos impactos dessa crise sanitária, resultado da Pandemia da Covid-19, sobre as cidades. Trata-se de um fenômeno com implicações à saúde pública, à economia, à política e, também, à vida urbana de toda a população mundial, em maior ou menor medida, a partir das especificidades dos diversos lugares. Também se faz urgente pensar sobre os modelos de cidade disponíveis/possíveis no pós-pandemia da Covid-19, com destaque para a situação reservada para os espaços públicos. Afinal, como utilizar esses espaços de maneira segura no pós-Pandemia? Haverá uma tendência de maior valorização e uso dos espaços públicos?

Na tentativa de uma formulação preliminar do que seja espaço público (algo a ser aprofundado ao longo da pesquisa), podemos entendê-lo como um lugar que se destina ao uso comum para toda a população. São exemplos desse tipo de espaço: parques, praças, ruas, jardins, lagos e ciclovias. Uma praça é caracterizada como um espaço livre e público, que tem como objetivo a socialização das pessoas, manifestações culturais e políticas. Esses elementos estão inseridos na malha urbana com o objetivo de organizar a cidade e promover o bem-estar para a população (CERQUEIRA; DANTAS, 2013).

Considerando a insuficiência da definição anterior, recorreremos a um autor que apresenta contribuições relevantes para pensar a questão do espaço público no urbano que é Paulo Cesar da Costa Gomes. Conforme esse geógrafo:

Espaços públicos são aqueles logradouros frequentados voluntariamente por pessoas que, por certas condições específicas, são concebidas como um público. Sem querer estender mais que o necessário essa apresentação geral, digamos que um público é um conjunto de pessoas definido como uma comunidade política, soberana no uso de direitos, e composta por indivíduos, em princípio, muito diferentes em interesses e características e que, por uma situação de organização física do mundo social, dividem um mesmo espaço. (GOMES, 2021, p. 161).

A reflexão anterior é muito interessante e instigante porque complexifica a concepção sobre o espaço público no sentido de que não podemos nos limitar exclusivamente ao espaço físico-

geométrico, mas leva a problematizar o que seria ou quem constituiria “o público” que ocupa, transita e permanece temporariamente nesse espaço. Ainda conforme esse autor:

Como consequência, tratar, por exemplo, uma rua, ou qualquer outra forma física espacial (praças, parques, largos etc.), como um evidente e perene espaço público é, pelo que acabamos de ver, um grave erro. A forma física em si mesma não é capaz de informar sobre as ações que aí ocorrem. Sabemos que, em diversos momentos da história, sob as mais diferentes culturas, podemos encontrar formas muito próximas daquilo que denominamos como uma rua, ou seja, uma via deixada livre para a circulação entre o casario. Sabemos também, entretanto, que os espaços públicos demandam a existência de um público e que essa formação social é histórica e socialmente bem delimitada. [...] Uma cidade pode ter muitas praças, muitas ruas, muitos parques, mas cada um deles é animado por uma vida urbana e social diferenciada. Isso equivale a dizer que há graus e vivências muito diversas daquilo que chamamos de público, mesmo quando são considerados espaços bastante limitados como, por exemplo, na escala de um bairro em uma cidade contemporânea. (GOMES, 2021, p. 161-162).

Serdoura e Silva (2006), sustentam a grande importância referente ao processo do desenho urbano na construção da cidade contemporânea, onde o espaço urbano público proporciona aos munícipes uma intensa vida urbana. A cidade é o lugar do encontro, esta premissa amplamente difundida pelo arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl, para ele a maior atração da cidade são as pessoas, e consequentemente as trocas que ocorrem no espaço público. Os autores fazem uma correlação entre a visão tradicionalista² e as necessidades das pessoas no espaço urbano, considerando que o desenho desse espaço deve respeitar a herança cultural da cidade onde está localizado, para que assim a população seja estimulada a frequentar esse tipo de espaço e se sinta acolhida por esse lugar.

De acordo com Ximenes *et al* (2020), a Pandemia da Covid-19 alterou e ainda está alterando profundamente a relação da vida urbana em todas as cidades, principalmente em metrópoles. Desta maneira é de grande relevância fazer-se uma reflexão de como os espaços públicos serão vistos pela população e de como serão utilizados de forma segura, inclusiva e que proporcione uma melhor qualidade de vida no período pós-pandêmico.

A vitalidade de uma cidade está relacionada a questão da apropriação e uso do espaço público, elencando a importância de fazer-se um resgate da dimensão humana das cidades para assim acolher os moradores em espaços públicos suficientes e projetados na escala humana, de maneira que seja agradável, com segurança, sustentável e saudável (XIMENES *et al*, 2020).

Na atualidade, os gestores, acadêmicos e habitantes em geral das cidades, devido a Pandemia da Covid-19, encontram-se diante de várias questões, dilemas e dúvidas quanto as melhores

² O modelo tradicional de planejamento urbano era baseado em planos diretores formalistas que desconsideravam grande parte da realidade de nossas cidades;

escolhas para o uso apropriado do espaço público diante das preocupações com a saúde pública, conforme a citação a baixo:

Acredita-se que com o efeito da pandemia, o comportamento das pessoas irá se transformar, e os cuidados com a saúde e o bem-estar deverão se intensificar, surgindo novas tendências no uso e na escolha de espaços de convivência, podendo optar por espaços públicos ao ar livre, como praças, parques e áreas verdes, ou os espaços confinados, como shoppings, museus, galerias, entre outros, necessitando que nessas situações, as atividades possam ser reiniciadas de forma segura, com o uso adequado pela população e evitando aglomeração inadequada aos novos padrões de saúde pública. (XIMENES *et al*, 2021, p.05-06).

A atual conjuntura, apesar de recente e atingir de forma inesperada a sociedade, já começa a apresentar debates e reflexões sobre a cidade contemporânea, com análises nas quais os espaços públicos são fortemente destacados, tendo em vista que estes se apresentam em diversas formas e escalas. Nessa diversidade de formas e escalas é feita uma relação sobre a variedade de pessoas que vivem em uma cidade, estilo de vida e assim proporciona – ou ao menos pretende proporcionar - convivência nesses espaços com uma vasta troca de cultura e socialização para os moradores (ROCHA; COSTA; FILHO, 2020).

Os problemas de pesquisa propostos durante a pesquisa foram:

- Como utilizar os espaços públicos de maneira segura no pós-pandemia?
- Os espaços públicos continuarão sendo palco da vida urbana em que medida?
- Como tornar as cidades mais inclusivas, saudáveis e seguras, com maior valorização das áreas verdes e espaços públicos?
- Como é a distribuição dos espaços públicos na cidade de Cascavel? Está distribuição atende demanda de toda a população?
- Em um contexto pós-pandemia, como será a percepção da população em relação aos espaços públicos?
- Como é visto a relação da utilização pela população dos espaços públicos durante a pandemia pelos gestores públicos?
- Como os gestores públicos estão se planejando para que a população passe a frequentar os espaços públicos de maneira segura com a flexibilização das medidas sanitárias?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESPAÇOS PÚBLICOS

No mundo da contemporaneidade, muitas transformações ao redor da compreensão presente nos espaços públicos começaram a surgir, mudanças em uma estrutura tanto econômica como social, uma organização espacial e uma nova configuração, tornam marcantes as novas territorialidades a partir de uma visão muito antagônica, atores institucionais em uma disputa com os próprios cidadãos ao redor do mundo (GOMES, 2013).

Dentro deste contexto de nova era, os espaços públicos alcançaram uma notoriedade, seja ela política, ideológica ou até mesmo social, uma organização espaço temporal que envolva toda a concepção de espaço público, assim como a compreensão de sua estruturação em relação a evolução presente na sociedade, assim como na problemática mencionada (CASTRO, 2002).

Compreender o papel do espaço público, se mostra algo extremamente relevante, sendo ele como um produto ou uma prática, social política ou simbólica, assim como as reflexões pertinentes sobre a apropriação e a própria utilização do espaço, a partir de um aspecto simbólico, a transformação que envolve algumas necessidades específicas, correspondendo com projetos muito diferenciados e culturais que surgem ao longo das décadas (CASTRO, 2002).

A partir disso, o conceito presente de espaço público, surge em uma discussão transversal que passa principalmente pelas ciências, assim com o surgimento de novas abordagens, muitos estudos recentes ressaltam a presença do espaço público urbano, uma estrutura semântica ou social, que diz respeito a perspectivas presentes de análise e dimensões que precisam ser compreendidas de forma isolada (GOMES, 2013).

Segundo Ascher (1995), o termo de espaço público aparece pela primeira vez num documento administrativo em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana, o mobiliário urbano. O espaço público é considerado como aquele espaço que, dentro do território urbano tradicional (especialmente nas cidades capitalistas, onde a presença do privado é predominante), sendo de uso comum e posse coletiva, pertence ao poder público.

Serpa (2004) mostra uma visão diferenciado, ao se referir a espaços públicos como o principal local de ação política, dando vasão a atitude política presente no mundo contemporâneo, a partir deste conceito, o espaço público seria então um dos espaços de excelência presentes em uma cidade, a cidade se torna conhecida a partir de um espaço público.

Em um mesmo espaço, as pessoas podem caminhar, conhecer uma cidade ao seu redor, através de um espaço público, algumas dessas justificativas apresentam o espaço público como uma cidade e um aspecto importante de identificação, a partir dos lugares, ocorrendo através de símbolos, logo em seguida também é possível reconhecê-los, como um local aonde há a presença da palavra, a socialização, de troca de ideias, aonde grupos sociais podem sejam eles culturais e políticos que são muitas vezes excluídos da sociedade, possam se manifestar de forma igualitária.

Castro (2002) traz um ponto de vista mais sociológico do que corresponde a um espaço público, mostrando em si mesmo certa complexidade, visto que neste caso, o conceito de espaço público deve ser compreendido a partir de duas questões antagônicas entre si, os espaços públicos como aspectos centrais no que diz respeito ao planejamento urbano e o esquecimento presente dessa dimensão pública, ocorre a partir de uma crise de cidadania que surge na sociedade atual.

O retorno aos espaços públicos, está ligado aos planejamentos de revitalização urbana, a utilização do status nos espaços metropolitanos presentes nas cidades, questões entre o público e o privado, se transformam em partilhas espaciais e jurídicas, se redefinindo entre si, a partir dos conceitos de desagregação social e funcional relacionado aos bairros, as novas centralidades e sociabilidades nas proximidades físicas e a integração que envolve a habitação, assim como o desenvolvendo de transportes rápidos e a generalização do automóvel (ROSOLEM, 2021).

A posição do público e do privado, se torna muito questionada na atualidade, uma linearização entre esses dois opostos e uma privatização muito presente nestes espaços, sendo assim, os espaços públicos deveriam ter a constituição de uma fonte de representação pessoal, cultural ou social, religiosa e intelectual de uma sociedade (ROSOLEM, 2021).

Os modelos de reprodução do capital, ocorrem através do urbanismo, assim como as estratégias de políticas de intervenção, o espaço público começa a induzir estratégias de promoção e sustentação de especulação imobiliária, contendo implicações importantes seja no uso ou na apropriação presente dentro do espaço urbano. Desde que o Estado Brasileiro importou a definição Europeia das parcerias público-privadas houve essa classificação dentro da área de Direito Administrativo que também foi importada por esses Países (FREITAS, 2016).

Dentro dos objetivos da lei, pode o contrato de concessão especial sob regime de parceria público-privada ser conceituado como o acordo firmado entre a Administração Pública e pessoa do setor privado com o objetivo de implantação ou gestão de serviços públicos, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens, mediante financiamento do contratado, contraprestação pecuniária do Poder Público e compartilhamento dos riscos e ganhos entre os pactuantes (FREITAS, 2016).

A concessão pode então ser compreendida como o Instituto pelo qual o Estado atribuiu o exercício do serviço público alguém que possa prestá-lo em seu próprio nome, nas suas condições fixas e alteráveis pelo próprio Poder Público, porém, envolvendo a garantia contratual de um equilíbrio econômico e financeiro (FREITAS, 2016, s.p.).

Artigo 2º: Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: (...) III – concessão de serviço público precedida de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado”.

Serpa (2004) mostra uma visão diferenciado, ao se referir a espaços públicos como o principal local de ação política, dando vação a atitude política presente no mundo contemporâneo, a partir deste conceito, o espaço público seria então um dos espaços de excelência presentes em uma cidade, a cidade se torna conhecida a partir de um espaço público.

Em um mesmo espaço, as pessoas podem caminhar, conhecer uma cidade ao seu redor, através de um espaço público, algumas dessas justificativas apresentam o espaço público como uma cidade e um aspecto importante de identificação, a partir dos lugares, ocorrendo através de símbolos, logo em seguida também é possível reconhecê-los, como um local aonde há a presença da palavra, a socialização, de troca de ideias, aonde grupos sociais podem sejam eles culturais e políticos que são muitas vezes excluídos da sociedade, possam se manifestar de forma igualitária.

Castro (2002) traz um ponto de vista mais sociológico do que corresponde a um espaço público, mostrando em si mesmo certa complexidade, visto que neste caso, o conceito de espaço público deve ser compreendido a partir de duas questões antagônicas entre si, os espaços públicos como aspectos centrais no que diz respeito ao planejamento urbano e o esquecimento presente dessa dimensão pública, ocorre a partir de uma crise de cidadania que surge na sociedade atual.

O retorno aos espaços públicos, está ligado aos planejamentos de revitalização urbana, a utilização do status nos espaços metropolitanos presentes nas cidades, questões entre o público e o privado, se transformam em partilhas espaciais e jurídicas, se redefinindo entre si, a partir dos conceitos de desagregação social e funcional relacionado aos bairros, as novas centralidades e sociabilidades nas proximidades físicas e a integração que envolve a habitação, assim como o desenvolvendo de transportes rápidos e a generalização do automóvel.

A posição do público e do privado, se torna muito questionada na atualidade, uma linearização entre esses dois opostos e uma privatização muito presente nestes espaços, sendo assim, os espaços

públicos deveriam ter a constituição de uma fonte de representação pessoal, cultural ou social, religiosa e intelectual de uma sociedade.

A necessidade de distinguir o público do privado, passa pelas mudanças que os espaços públicos estão a sofrer fruto das alterações nas formas de consumo, onde estão necessariamente implícitos os centros comerciais, que de algum modo se prendem com a privatização. As políticas urbanas de intervenção, têm supra influência nestas mudanças estruturais da dimensão social do espaço público, pois para além de fomentarem a proliferação destes espaços, reduzem a qualificação dos espaços públicos a meros sobejos da urbanização, ou então atuam vinculados a um “zonamento” de intervenção estratégico.

Os modelos de reprodução do capital, ocorrem através do urbanismo, assim como as estratégias de políticas de intervenção, o espaço público começa a induzir estratégias de promoção e sustentação de especulação imobiliária, contendo implicações importantes seja no uso ou na apropriação presente dentro do espaço urbano.

Desde que o Estado Brasileiro importou a definição Europeia das parcerias público-privadas houve essa classificação dentro da área de Direito Administrativo que também foi importada por esses Países. Dentro dos objetivos da lei, pode o contrato de concessão especial sob regime de parceria público-privada ser conceituado como o acordo firmado entre a Administração Pública e pessoa do setor privado com o objetivo de implantação ou gestão de serviços públicos, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens, mediante financiamento do contratado, contraprestação pecuniária do Poder Público e compartilhamento dos riscos e ganhos entre os pactuantes (FREITAS, 2016).

Os processos de globalização dominam a geografia política contemporânea, e suas expressões multifacetadas reforçam a pluralidade da subdisciplina. Ver a globalização como a unificação espacial e setorial dos sistemas de valorização revela geografias políticas de equalização e diferenciação ou um processo dialético de homogeneização e diferenciação (HARVEY, 2000).

Além disso, as práticas políticas cotidianas que constituem a globalização estão construindo uma nova metageografia, um afastamento do domínio dos estados nacionais no pensamento e na prática e o surgimento de redes (AGNEW, 1999). A geografia política está cultivando o fértil campo de pesquisa estabelecido pela globalização através do estudo da geopolítica, amplamente definida como a espacialidade das lutas de poder entre uma variedade de atores políticos.

A globalização está relacionada com a mudança dos custos das interações econômicas à distância e os efeitos dessas mudanças sobre a distribuição geográfica da atividade econômica. A mudança técnica tem impulsionado os custos das interações de forma constante para baixo durante

muitos séculos, embora as intervenções políticas às vezes os tenham elevado. As mudanças na geografia econômica da economia mundial têm sido mais complexas (TAYLOR, 2000).

Tem havido períodos em que a atividade se tornou mais desigualmente distribuída pelo espaço, e períodos em que essas diferenças espaciais se estreitaram à medida que a atividade se espalhou dos centros estabelecidos para outras regiões e países. Os mecanismos que impulsionaram estas mudanças foram, entre outras coisas, a circulação mais fácil de pessoas, capital e bens a globalização (AGNEW, 1999).

É comum ver a geopolítica e a globalização como opostas em relação à forma como o mundo funciona. Se o primeiro está associado principalmente ao determinismo geográfico na canalização do impulso universal de expansão territorial por parte de todos os Estados, o segundo é visto como criando um mundo interdependente e “plano” no qual os fluxos de bens, pessoas e capital deslocam o mundo territorializado das rivalidades interimperiais que caracterizaram o passado (AGNEW, 1999).

2.2 ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO SOCIAL

Quando se fala da escala analítica, deve-se observar que existem definições e concepções em um espaço presente a ser estudado, envolvendo a compreensão discutida por Serpa (2006) de que se torna essencial recortar os espaços de conceituação presentes para que os processos dinâmicos e visíveis, com os quais é preciso que se analise a realidade, a partir de uma construção nas articulações presentes entre espaço público e as práticas socioespaciais

Embora sejam claras as divergências em torno do espaço público temos que levar em consideração, em nossa análise, as relações entre este e o espaço privado, ou formas diferenciadas de privatização do espaço em nome de espaços coletivos ou de uso comum. Em se tratando de um conceito polissêmico por excelência, a sua noção de forma mais precisa apenas se torna possível quando a “oposição com o privado lhe define as fronteiras” (LAVALLE, 2005, s.p.) e quando levamos em consideração suas formas e funções, também diferenciadas na cidade.

A fragilidade presente, quando se fala a respeito do público e do privado, traz uma série de implicações, sendo que a esfera pública e o espaço público são conceitos que se relacionam, já que não há a possibilidade de compreensão dessas temáticas sem que se entenda a construção da esfera pública e as fragilidades no que diz respeito ao âmbito privado, (SERDOURA; SILVA, 2006).

Tanto a construção do espaço público brasileiro – tratado aqui através do cenário da cidade colonial e da construção dos seus espaços públicos – quanto problemas mais contemporâneos

relacionados a esses espaços são permeados pela construção da esfera pública. Esse não é um debate atemporal, mas contínuo e basilar para a discussão proposta, (SERDOURA; SILVA, 2006).

2.3 ESPAÇO SOCIAL E ESPAÇO POLÍTICO

O papel do espaço social como espaço político no Brasil, começou a se desenvolver no período Colonial, marcado por um período de intolerância dos setores econômicos, com o objetivo de se favorecer o lucro financeiro, os gastos envolvendo a defesa de um novo território, quando Portugal decidiu explorar as terras agrícolas Brasileiras, já que elas surgem como uma oportunidade de Ascensão econômica. Então, na cultura capitalista colonial, surge uma resistência a qualquer tipo de oposição que fosse contrária, é quando surge a imprensa livre e formadora de opinião no Século XVII.

A População Colonial, que era formada por negros escravos, índios e mestiços era dominada pelos senhores de terra e por isso era mais fortalecida, no que se transformaram mais adiante nos partidos políticos.

A sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel de sua base material: a economia. Assim como a grande exploração o absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza, e com ela seus atributos naturais: o prestígio, o domínio. O senhor de engenho (...) é o título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos (PRADO JUNIOR, 1966:20-21).

Formou-se então uma população inferiorizada, totalmente dominada pelos senhores rurais, tudo isso influenciava a formação do jornalismo político Brasileiro, a busca por interesses privados, a exploração em relação as minorias da época, um jornalismo esclarecedor se mostrava como importante para o período, para que se pudesse desta forma, um engajamento e articulação dos interesses públicos (CERVI, 2003).

Porém, o espaço político que havia sendo criado, sendo presente principalmente através dos jornais, mas ainda não era reconhecido na época, dependendo financeiramente de anunciantes, que detinham o poder econômico, sendo reféns de sistemas de favores e de interesses. A aristocracia, porém, não permitia uma imprensa que fosse democrática, portanto, as minorias não estavam presentes nos jornais, mas sim um discurso único e alienado (CERVI, 2003).

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos e proporciona também a participação dentro do espaço público; dito de outra forma, é o local em que estão expostas diversas representações do mundo social. associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que ela veicula envolvem a pluralidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade. (MIGUEL, 2002, p.20).

Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, surgiu um veículo muito importante que iria retratar estes acontecimentos da época, o Correio Braziliense, as gazetas e os folhetins pretendiam emitir opiniões em relação aos monarcas da época e da corte no Brasil, o partidarismo era então uma característica do jornalismo político no Século XIX, (BAUMAN, 2012).

Até o final do século XIX, a imprensa brasileira era declaradamente partidária. Havia basicamente dois tipos de jornais: os monarquistas e os republicanos. As práticas desse tipo de imprensa na produção da notícia ficavam muito distantes dos conceitos de objetividade e busca da imparcialidade que estão presentes no discurso corrente da mídia nacional. Por consequência, o critério de noticiabilidade também era distinto. (CERVI, 2003, p.7).

A partir do ano de 1850, ocorre a promulgação de uma lei, que extermina o tráfico negreiro e ocorrem mudanças reais nas estruturas agrárias, comerciais e industriais, o papel social e político dos espaços públicos começa a ser formado de maneira mais concreta a partir daí. Com o fim da Guerra do Paraguai em 1870, surgia-se uma discussão e muito começaram a falar da abolição da escravatura e a proclamação da república, o primeiro periódico que era dedicado ao fim do regime republicano era *A República*.

Com as mudanças ocorridas no cenário dentro do espaço público e político Brasileiro na primeira metade do Século XX, a imprensa ainda não havia separado a opinião da informação, a junção entre os dois permitia identificar o tom dos veículos em relação ao noticiário, os partidos políticos aos quais os jornais estavam ligados. Isso tudo, trouxe uma reflexão sobre o modo como eram feitas as participações políticas dentro do espaço social e público na década de 50 do século passado (FALCÃO, 2013).

O desenvolvimento do papel público e social começou a crescer cada vez mais, mas foi freado pelo golpe militar de 1964, afetando diretamente a participação pública em espaços sociais e introduzindo punições em relação a indivíduos que não cumprissem as ordens, era possível se escrever ou falar sobre algo que fazia oposição a revolução, porém a participação efetiva dentro de espaços públicos era algo muito censurado a partir da violência, a censura afetou drasticamente essas formas de participação (TORRES, 2020).

Muitos jornais, não podendo trazer assuntos relevantes da política, buscaram trazer assuntos voltados ao jornalismo econômico. Na década de 80, uma nova fase se iniciou para o jornalismo político, com reportagens interpretativas que começaram a ser colocadas nos jornais, imagens, cores, recursos gráficos, eram utilizados para chamar cada a atenção do público, que era mais exigente. O aprofundamento destes temas políticos dentro dos jornais e também a participação de

grupos sociais, mesmo com a censura imposta neste momento, resultaram no fim da ditadura militar e a redemocratização do País (FALCÃO, 2013)

O espaço público e social voltou a ganhar destaque na década de 1980 e no início da década de 1990 em decorrência de episódios que marcaram a história do país. Alguns deles foram a campanha das Diretas Já, a eleição de Tancredo Neves (PMDB) pelo Colégio Eleitoral, a morte do presidente eleito ainda de forma indireta e a posse do vice, José Sarney (PFL), ambos eventos que tiveram uma participação direta do público dentro dos espaços de discussão e debate. No ano de 1989, grande parte dos eleitores Brasileiros escolheram Fernando Collor de Mello para ser o chefe do executivo nacional, se tornou o primeiro presidente eleito de forma direta depois da Ditadura Militar, porém sofreu impeachment em 1992. Uma ampla gama de estudos tem sido produzida nos últimos anos para entender como se sucederam esses fatos e outros dedicaram-se ao papel desempenhado pelo poder público e o espaço social muito presentes em todos esses episódios.

Isto posto, destaca-se a análise de Martins (2005) sobre o espaço público e o espaço social do fim do século XX e do século XXI. Segundo o autor, a separação entre opinião e participação dos indivíduos nesse período era uma prática já segmentada dentro dos espaços de urbanização, a comunicação e a participação é o elemento formador dessas temáticas, o público queria ter uma participação mais efetiva nas discussões propostas e desenvolvidas nestes momentos.

Havia a necessidade de novos elementos para o espaço social e político, principalmente, já que a vitória de candidatos, renúncias, fatos importantes que estavam ligados a política, seriam noticiados primeiramente na internet, em seguida nos rádios e televisões, enquanto nos jornais a reportagem seria veiculada apenas no dia seguinte, havia a necessidade então dos veículos impressos buscarem um diferencial para continuar atraindo os leitores (TORRES, 2020)

Voltamos nossos sentidos aos papéis de espaços políticos e sociais, como se estes funcionassem como extensão de nossos próprios corpos. As lentes das câmeras são nossos olhos a distância; os microfones e gravadores, nossos ouvidos; tomamos como referências pessoais as impressões olfativas, tácteis e do paladar, captadas pelos repórteres. Enfim, acreditamos nos homens e mulheres que se dedicam a apurar os fatos e traduzi-los à sociedade, e confiamos no aparato tecnológico que dá suporte a esta atividade. Consciente ou inconscientemente, firmamos um pacto de confiança com a mídia, porque acreditamos que o jornalismo é uma forma de narrativa do presente que tem correspondência com o que entendemos por realidade (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 28).

Em relação a esses papéis políticos e sociais dos espaços públicos, muitas empresas e jornais de comunicação, já assumem uma postura parcial dos fatos, outros ainda têm dificuldades nesta questão, isto pode ser um problema no que diz respeito principalmente a cobertura política. Já que quando um jornalista aprova ou desaprova um determinado político ou um partido político, pode contrariar os próprios ideias do jornal para o qual trabalha, ou até mesmo, acabar incomodando

leitores e outros indivíduos que discordam de sua opinião, isto é um dos principais desafios na cobertura política, portanto percebe-se que ao longo dos anos, a comunicação exerceu um papel extremamente importante nos discursos de participação política (TORRES,2020).

Novas nomenclaturas, uma nova discussão social se mostra muito presente no que diz respeito a participação em espaços público e sociais, a contemporaneidade, o dinamismo e a instantaneidade, exigem dele que saiba se reinventar, em uma determinada eleição onde a participação pública é tão importante, um impeachment, já que com o crescimento da internet, novas demandas surgiram dentro deste espaço e muita coisa se transformou.

3. METODOLOGIA

Apresentado o método indutivo como o encaminhamento metodológico da presente pesquisa, delimitam-se ainda os tipos de pesquisa e metodologias utilizados para a composição do trabalho e artigo, que se dão estas pela pesquisa bibliográfica e pelo estudo de caso, utilizando ainda o método de pesquisa qualitativa em análise do estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Lakatos e Marconi (2001), se dá pelo principal tipo de pesquisa de um trabalho científico, visto que possibilita a elaboração e formulação de um embasamento teórico para a temática a ser abordada, podendo ser obtida por intermédio de materiais bibliográficos como livros, artigos, teses científicas, revistas e publicações avulsas.

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica proporciona vasto conteúdo e conhecimento a cerca de uma área e determinado assunto abordado, em vista da quantidade de material que apresenta, podendo este ser por meio físico ou *online*. Entretanto, o autor Gil (2002) evidencia que, quando realizada de maneira *online*, deve-se atentar à veracidade das informações, visando, dessa forma, à veracidade do conteúdo apresentado e a legitimidade do trabalho e pesquisa desenvolvida.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Covid-19 (Coronavirus Disease 2019) se trata de uma infecção respiratória que ocorre por conta de uma infecção respiratória que é provocada pela síndrome respiratória aguda grave 2, a doença foi descoberta em dezembro de 2019, após um surto de pneumonia que aconteceu por motivos ainda desconhecidos, mas já se sabia que os indivíduos que contraíam a doença haviam frequentado o mercado atacadista de Frutos do Mar Wuhan na província de Hubei na China, sendo visto no começo como uma epidemia (REIS, 2020).

No mês de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu que a Covid-19 seria não apenas uma epidemia, mas uma pandemia, a partir daí a doença cresceu de forma avassaladora se intensificando cada vez mais, por conta das altíssimas chances de transmissão do vírus e da sua velocidade de propagação em nível mundial.

A definição de pandemia é utilizada quando uma doença infecciosa se espalha e afeta um grande número de pessoas em todo globo terrestre. Essa decretação de pandemia, na verdade, serve para alertar os chefes de Estados sobre a gravidade do problema. Assim sendo, e diante da inexistência de um medicamento específico para seu combate, a OMS sugeriu o isolamento e o distanciamento social como forma de se evitar o contágio e, desta maneira, evitar a sobrecarga dos sistemas públicos de saúde num período de tempo muito breve.

Desde a descoberta a pandemia do novo coronavírus já chegou a atingir mais de 180 Países no mundo todo, chegando a causar milhões de mortes e prejudicando a economia de muitas formas, sendo assim deve-se admitir que é uma crise gigantesca e diferente das outras que já haviam ocorrido anteriormente, já que as outras eram apenas consequências da própria economia dos Países (OLIVEIRA, 2020).

Na América Latina, o primeiro caso foi registrado no Brasil em 25 de fevereiro de 2020 pelo Ministério da Saúde do Brasil (MS-Brasil) (D. L. F. Lima, 2020). Até a data da redação deste artigo, 14.05.2020, foram confirmados 4.248.389 de casos e 292.046 mortes da doença. No Brasil, na mesma data, foram confirmados 177.589 casos e 12.400 mortes, segundo o boletim diário da OMS.

Medidas efetivas de isolamento foram adotadas e recomendadas pela Organização Mundial da saúde, apesar da existência de alguns chefes de Estado, já que os efeitos que a Pandemia poderia causar com aglomerações seriam muito prejudiciais e não seriam de curta duração. O objetivo do isolamento social proposto foi de controlar a propagação do vírus de forma mais rápida causando uma quantidade imensa de mortes, já que ainda seria inexistente um medicamento seguro que pudesse controlar os seus resultados.

Quando surgiram os primeiros casos no Brasil, o Ministério da Saúde propôs seguir os protocolos Internacionais e as suas recomendações, com o objetivo evitar o crescimento do contágio epidêmico. Sendo assim, o isolamento social se tornou algo novo e impactante transformando completamente a rotina e a vida de milhões de pessoas, a comunicação teve um impacto gigante em relação a esse momento que estamos vivendo, auxiliando no combate a doença e trazendo informação em um período tão difícil.

Desde de que a OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou o estado de pandemia do Coronavírus estamos vivendo dias de incertezas e muita angústia. Mesmo após meses ainda estamos

muito assustados com o novo Coronavírus. Pois a pandemia não comprometeu somente a nossa saúde física, mas também a psíquica, essa tensão e insegurança tem desencadeado vários distúrbios, tais como depressão, ansiedade, transtorno bipolar, entre outras. Além disso, a pandemia produziu efeitos negativos sobre a economia global elevando assim os temores sobre uma nova recessão de escala global.

Visando proteger a população e criar infraestrutura, com a construção de hospitais, compra de equipamentos, e etc., para atender a onda de casos do COVID-19, medidas foram tomadas como o fechamento de estabelecimentos comerciais, cancelamento de eventos culturais e esportivos, festivais de música, escolas, entre outras atividades que possibilitem a circulação de pessoas. Com adoção dessas medidas emergenciais e necessárias, elevou-se os temores de uma nova recessão mundial.

Essa instabilidade e incerteza financeira abalou os mercados e muitos investidores estão preocupados com o impacto da pandemia sobre a economia, os prejuízos e perdas já são perceptíveis em todo o mundo, inclusive aqui, no Brasil.

As pandemias por sua vez afetaram as empresas de modo geral com a diminuição da força de trabalho, seja ela por mortes, e ou enfermidades, faltas, distanciamento social, por atrasos nas cadeias de suprimentos e logística, e principalmente com redução da demanda por parte dos clientes, já que o desemprego, também desencadeia outro fator de grande escala nas pandemias, a falta de dinheiro circulante, com a menor circulação de dinheiro disponível apenas para o consumo bens essenciais. Diante de um quadro de incertezas e infortúnios instalados, com presente temor por uma desaceleração econômica e a depreciação dos ativos, a Bolsa de Valores também tem sido afetada. Muitos investidores se anteciparam e colocaram seus recursos em investimentos mais seguros. No Brasil, por exemplo, muitos investidores estrangeiros alocaram seus recursos em Títulos do Tesouro para outros países economicamente mais estáveis e que não tenham sido tão impactados economicamente pela pandemia.

Uma das epidemias mais graves que temos conhecimento foi a Gripe Espanhola que ocorreu entre 1918 a 1920, matou cerca de 40 a 50 milhões de pessoas e observamos perdas econômicas tais como: 11% no PIB nos EUA, 17% no Reino Unido, 15% no Canadá e 3% na Austrália.

Não sabemos estimar o impacto da pandemia em nossa economia, pois ainda vivemos um ambiente de incertezas e especulações. Ainda é cedo para sabermos quanto tempo mais ela irá durar e os quais serão seus efeitos. Já é o parecer de todos que a economia mundial e o PIB (Produto Interno Bruto) de muitos países atingidos deverão ficar retraídos, bem abaixo do esperado em 2020. A recessão econômica já é algo inevitável, mesmo com todos os esforços e medidas tomadas por equipes econômicas em todo mundo (OLIVEIRA, 2020).

Para muitas pessoas, a pandemia do Coronavírus representou uma mudança sem precedentes, nenhum acontecimento nos últimos tempos mudou tão drasticamente a rotina das pessoas e afetou com profundidade a saúde emocional. O isolamento social nos afastou de nossas atividades, nossa família, amigos, vizinhos e pessoas queridas. A tensão ocasionada por essa pandemia afetou o nosso sistema emocional, o nosso controle foi posto à prova diariamente (OLIVEIRA, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pandemia que surgiu em 2020, trouxe mudanças significativas e consequências para a vida da população Brasileira, a partir da forma como nos relacionamos e em relação a participação política tão presente e relevante diante da sociedade, especificamente no que diz respeito aos espaços públicos e sociais.

No presente artigo se objetivou desenvolver estudo referente às intervenções urbanas, eis que o tema é de fundamental importância para o desenvolvimento das cidades, aliado à qualidade de vida da população, tornando-se evidente a importância de analisar os espaços a partir das pessoas, seus usuários, e dessa forma ir além de elementos físicos.

A análise das interferências apresentadas promove o conhecimento de intervenções urbanas em diferentes locais e proporções, favorecendo a interpretação das cidades, a paisagem urbana, o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Assim sendo, esta pesquisa visa elaborar material para colaborar com futuras pesquisas referentes ao mesmo assunto.

É de suma importância que, ao analisar um local degradado, seja analisado o contexto histórico, cultural, social e ambiental, pois diversos são os fatores que interferem nas transformações com o passar do tempo e para se elaborar intervenções, atualmente, é necessário refletir no passado e buscar soluções para o futuro.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. Mapping political power beyond state boundaries: territory, identity, and movement in world politics. **Millenium** 28, p.499–521, 1999.

ASHWORTH, L. M. Mapping a new world: geography and the interwar study of international relations. **International Studies Quarterly** v. 57, p. 138-49, 2013.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BAZI, Samir - **Contabilidade Gerencial: conceitos básicos e aplicação**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2015.

BECKER, B. Geografia Política e território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, n. 4. Dezembro, p. 281-298, 2010.

CARVALHO, Ricardo. **Concessão Patrocinada para exploração de Rodovia MG-050**. 2007. Contrato e Termos aditivos MG-050. Disponível em: <http://transportes.mg.gov.br/transparencia-publica/mg-050/page/2191-contrato-mg-050> Acesso em 09/10/2020.

CASTRO, A. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. Contributos para uma reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. **Revista cidades, comunidades e territórios**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p. 53-67, 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/viewFile/426/373>. Acesso em 09/10/2020.

CERQUEIRA, Yasmine Midlej Silva Farias; DANTAS, George Alezaxdre Ferreira. **Espaço Público e Sociabilidade Urbana Apropriações e Significados dos Espaços Públicos na Cidade Contemporânea**. Natal – RN, 2013.

CERVI, Emerson Urizzi. **A cobertura da imprensa e as eleições presidenciais 2002**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC), Portugal, v. 1, p. 01-68, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CRODA, JHR; GARCIA LP. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. **Epidemiol Serv Saúde**. v. 7, n. 29, 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. (2016). **Direito administrativo**. 29.ed. Rev., Rio de Janeiro: Forense. 1088 p.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**. São Paulo: Afrontamento, 2009.

FALCÃO, Joaquim; Guerra, Sérgio; Vianna, Rodrigo; Almeida, Rafael. (2013). **Novas parcerias entre os setores público e privado**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, [S.I.], 2007.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Cartilha Saúde Mental e Atenção Psicossocial- Recomendações para Gestores**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/saude-mental-e-atencao-psicossocial-na-pandemia-covid-19-recomendacoes-para-gestores>. Acesso em 09/10/2020.

FREITAS, Bárbara S. Gonçalves e. A ocupação periférica do Quadrado de Pirro: Aribé (1901-1931). **Revista de Aracaju**, n. 10, p. 261-275, 2003.

FREITAS, Jana Cleia. **O Fluxo de Caixa e Suas Funções: Portal da Educação**, 2016.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO [FNDE]. **Resolução FNDE/CD nº 17 de junho de 2010**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3399-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-17-de-10-de-junho-de-2010>. Acesso em 09/10/2020.

GARCIA, LP. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. **Epidemiol Serv Saúde**. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gila.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002/view>>. Acesso em: 28 maio 2022.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos e territórios. **As relações entre espaço e poder na Geografia. Punto Sur**, (n. 3), p. 153-169.

HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave**. **GEOgraphia**, v. 14, nº 28, p. 8 - 39, 2012.

HEGEL, G. W. F. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. Madrid, Alianza Universidade, 1980.

LAVALLE, Adrian Gurza. **As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria**. In: Espaço público: o conceito e o político. Espaço e Debates . Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo. n. 46, v. 25, jan/jul 2005. p. 33 - 44.

LEVEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser Jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica**. São Paulo: Paulus, 2013.

MAIA, Rousiley. Representação política de atores cívicos: Entre a imediatividade da experiência e discursos de justificação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**.v.27. n.78.fev. 2012. p.97, 193.Disponível em:<http://migre.me/sBBuC>. Acesso em 09/10/2020.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação. **Lua Nova Revista de cultura e política**. n.55, 2002.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Nota Informativa: uma Análise da Crise gerada pela Covid-19 e a Reação de Política Econômica**. Nota Técnica, 13 de maio de 2020^a.

MORIN, Edgar. **A Via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

OLIVEIRA, Nayron Carlos de Oliveira. Docência no Ensino Superior: O uso de novas tecnologias na construção da autonomia do discente. **Rev. Saberes, Rolim de Moura**, v. 3, n. 2, jul./dez., p. 03-13, Paraná, 2015.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v. 29, n. 2, 2020.

PEREIRA, Álvaro. **Jornalismo político contemporâneo**. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de (orgs.). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 87-107.

PERLMAN, D.; PEPLAU, L. A. **Loneliness research: A survey of empirical findings.** In L. A. Peplau & S. Goldston (Eds.), Preventing the harmful consequences of severe and persistent loneliness. 1984

PIMENTEL, A. D. S. G.; SILVA, M. N. R. M.O. **Psychic Health in times of Corona Virus. Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1–13, 2020.

POLÍCIA FEDERAL. **PF apura desvio de verbas utilizadas no combate ao Covid-19 no Amapá.** Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2020/04-noticias-de-abril-de-2020/pf-apura-desvio-de-verbas-utilizadas-no-combate-ao-covid-19-no-amapa>. Acesso em 09/10/2020.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil** .5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REIS, J. A.; QUINTO, D. COVID-19, social isolation, artisanal fishery and food security: How these issues are related and how important is the sovereignty of fishing workers in the face of the dystopian scenario. **SciELO Preprints**, p. 1–26. 2020.

RIBEIRO, J. A cultura e a (des)diferenciação do espaço público. In: **IV Congresso Português de Sociologia**, 2000. Actas do IV Congresso Português de Sociologia Coimbra, p.1-14, 2000.

ROCHA, J.C.S; COSTA, F.A; FILHO, A.F.C. **O espaço público e a pandemia de Coronavírus: o Parque Halfeld em Juiz de Fora/MG.** Juiz de Fora, MG. 2020.

RODRIGUES, G.M. **Qualidade dos parques de vizinhança e parques de bairro: uma proposta de índices de avaliação.** UFP. João Pessoa – PA, 2012.

ROSOLEN, N. **Espaços públicos são mais valorizados com a pandemia.** Disponível em <<https://www.uninter.com/noticias/espacos-publicos-sao-mais-valorizados-com-a-pandemia>> . Acesso em 08 de julho de 2021.

RUBIN K.H.; WOJSLAWOWICZ, J.C.; BURGESS, K.B.; ROSE-KRASNOR, L.; BOOTH-LAFORCE, C.L.. The best friendships of shy/withdrawn children: Prevalence, stability, and relationship quality. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v. 34, p. 139-153, 2016a.

RUBIN, K.; MILLS, R. The many faces of social isolation in children. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**. v.56, p. 916-924, 1998.

SÁ, Sónia Cristina da Silva, Eleições presidenciais -Portugal . **Jornalismo político**. 2011 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/67059consultado a 31-11-2015>>

SALGADO, Susana **As Presidenciais de 2006: reflexões sobre a interpretação da política nos jornais.** 2007 Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/01/_docs/artigos/salgado-susana-presidenciais-2006.pdf consultado a 22-07-2015>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996a.

SERDOURA, F.M; SILVA, F.N. **Espaço Público**. Lugar de Vida Urbana. Instituto Superior técnico, departamento de Engenharia Civil e Arquitetura. Lisboa, Portugal, 2006.

SILVA, José.; VIEIRA, Fernando. **Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras**. Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 2020. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/snc-sep/oc-snc-sep-0220.html> Acesso em 09/10/2020.

STEVENSON, Roger e GREENE, Mark T. A reconsideration of bias in the news. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 57, n .1, p. 115-121, 1980.

STROEBE, M., Schut, H., & Stroebe, W. Health outcomes of bereavement. **Lancet**, v. 370, n. 9603, p. 1960–1973, 2020.

SUZUKI, J.T.F.; RAMPAZZO, S.R.R. **Tecnologias em educação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.

SZUSTER, Natan.; MARTINS, Elise. **Proposta para constituição da Reserva para Contingências em virtude da Pandemia do Coronavírus**. **Pensamento Contábil**, 2020. Disponível em <https://pensamentocontabil.com.br/> Acesso em 09/10/ 2020.

TORRES, Michel. **O boom no turismo regional no mundo pós-pandemia do coronavírus**. Disponível em: < <https://esbrasil.com.br/o-boom-no-turismo-regional-no-mundo-pos-pandemia/>> Acesso em 09/10/2020.

XIMENES, D.S.S; *et al.* **A Importância dos Espaços Públicos e Áreas Verdes Pós-Pandemia na Cidade de São Paulo (SP)**. Labverde, FAUUSP, São Paulo, SP. 2020.